

Confira os Assuntos Governamentais e Judiciais em pauta em abril de 2023 no Informativo de Energia

16.05.2023 5 minutos de leitura

Autores

Bruna de Barros Correia

Carlos Frederico Lucchetti
Bingemer

Júlia Calgaro Moreira

Áreas relacionadas

Energia

Assuntos

Energia Bruna de Barros Correia
Carlos Frederico Bingemer

Comissão sobre Hidrogênio Verde inicia seus trabalhos no Senado Federal

A Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV) realizou sua primeira reunião no mês de abril.

O propósito da Comissão é debater, durante o prazo de 2 anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde. Um dos principais objetivos da Comissão é criar um marco legal sobre o hidrogênio verde para, assim, começar a atrair potenciais investidores.

O colegiado será presidido pelo senador Cid Gomes (PDT-CE) e terá o senador Otto Alencar (PSD-BA) como relator. Os demais membros da Comissão serão os senadores Marcos Pontes (PL-SP), Fernando Dueire (MDB-PE), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Rodrigo Cunha (União-AL). Os suplentes, por sua vez, serão os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Eliziane Gama (PSD-MA) e Eduardo Girão (Novo-CE).

Para acessar o Plano de Trabalho da Comissão, clique aqui.

Governo mapeará áreas para estocagem de gás e carbono

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mapeará áreas consideradas como mais promissoras para Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no Brasil. Para isso, a EPE promoverá a contratação de consultoria técnica especializada para a estocagem subterrânea de gás natural e, secundariamente, a Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS).

Os serviços a serem prestados pela consultoria incluem, dentre outros, (i) a elaboração de relatório técnico com referências de legislação internacional de países que possuam legislação e regulação de ESGN bem definidos; (ii) a elaboração de inventário de áreas para ESGN no Brasil, apresentando uma carteira preliminar de áreas com a finalidade de ESGN nas bacias sedimentares brasileiras, com base em estudos geológicos e geofísicos; (iii) a apresentação de projetos conceituais em geologia de engenharia para ESGN; e (iv) a avaliação de alvos para CCUS a partir das áreas inventariadas previamente para ESGN.

O início dos trabalhos está previsto para o segundo semestre de 2023 e

deverá ser executado em 18 meses.

Para maiores informações sobre o edital, clique aqui.

CCEE e Banco Mundial pretendem auxiliar países na regulamentação do mercado de hidrogênio

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) fará parte de uma iniciativa do Banco Mundial para auxiliar países em desenvolvimento na regulamentação do mercado de hidrogênio. O foco do auxílio será a certificação do hidrogênio, contribuindo para a definição de critérios para a classificação do insumo como de baixo carbono.

O projeto do Banco Mundial foi lançado na COP 27, que ocorreu em 2022, e pretende debater temas que vão de financiamentos, tecnologias e modelos de negócio até governança e economia circular. O objetivo principal será criar um ambiente que estimule a competitividade entre os agentes, bem como que possibilite que o hidrogênio de baixo carbono seja atrativo e seguro para os investidores.

Maurício Tolmasquim assume área responsável pelo plano estratégico da Petrobras

Maurício Tolmasquim assume o cargo de gerente executivo de Estratégia da Petrobras, área responsável por elaborar os planos plurianuais de investimentos e o planejamento de longo prazo da Companhia. Essa gerência executiva é ligada à Presidência da Companhia.

Anteriormente, Tolmasquim foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), bem como foi secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME).

Câmara dos Deputados aprova requerimento de urgência de Projeto de Decreto Legislativo que susta atos da ANEEL envolvendo micro e minigeração distribuída

Foi aprovado o requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 65 de 2023 ("PDL nº 65/2023"), que autoriza que o projeto seja analisado diretamente pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O PDL nº 65/2023 suspende trechos da Resolução Normativa nº 1.000/2021 - que estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica -, particularmente, os dispositivos sobre conexão e faturamento de usinas de micro e minigeração geração distribuída, incluídos por meio da Resolução Normativa nº 1.059/2023, que regula a Lei nº 14.300/2022.

O projeto prevê a suspensão de quatro pontos da referida Resolução, dentre eles, a regra que estabelece que todos os consumidores em baixa tensão (Grupo B) que possuam usinas de microgeração ou minigeração distribuída devam arcar com a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD).

O processo aguarda análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Para acessar a tramitação do PDL nº 65/2023, clique aqui.

MME abre Consulta Pública para receber contribuições ao Plano de Recuperação de Reservatórios

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu a Consulta Pública nº 150/2023 para receber sugestões ao “Relatório de Estruturação de Ações e Construção de Indicadores Globais” do Plano de Recuperação dos Reservatórios (“PRR”).

O PRR foi desenvolvido por Grupo de Trabalho, coordenado pelo MME, com participação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e foi estruturado com o objetivo de adequar iniciativas para recuperação gradual dos armazenamentos dos reservatórios das usinas hidrelétricas, ao longo de 10 anos, e organizá-las no sentido de atender às diretrizes postas no §1º do artigo 30 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.

A expectativa é que, a partir das contribuições que serão entregues, haja um aprimoramento dos indicadores apresentados e de suas metas associadas que representarão importante ferramenta de acompanhamento da implementação das iniciativas propostas no PRR.

A Consulta Pública teve início em 18 de abril e tem prazo de término de recebimento das contribuições em 31 de maio de 2023.

Para acessar a Consulta Pública nº 150/2023, clique aqui.

>>> Este conteúdo faz parte do Informativo da área de Energia. Clique aqui para ler mais notícias.

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Bruna de Barros Correia



Carlos Frederico Lucchetti Bingemer



Júlia Calgaro Moreira